

Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. São Paulo: Cortez, 2005.

PORTILHO, Fátima.

A conjugação entre sustentabilidade, consumo e atores sociais

ALOÍSIO RUSCHEINSKY*

A perspectiva de um modelo de sociedade sustentável leva à apreciação do relacionamento entre produção e consumo, entre cidadania e práticas sociais. Neste sentido, engendra-se um múltiplo debate na sociologia ambiental em cujo percurso amadurecem as controvérsias sobre as alternativas para os conflitos ambientais devido à degradação e à exaustão de recursos naturais. Estratégias, mediações e atores sociais são fundamentais, especialmente para a proposição de um desenvolvimento sustentável. Nesta perspectiva, posiciona-se o livro de Fátima Portilho, *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*, que se apresenta como uma profunda revisão da literatura internacional, oriunda de uma tese de doutoramento. Com certeza, passa a ser uma referência para ambientalistas e para o campo de análise da sociedade de consumo, pela largueza e pertinência de sua abordagem.

As principais questões que suscitam a análise a partir do consumo podem ser assim sintetizadas: (a) as ciências sociais possuem um instrumental-chave para a interpretação dos riscos visíveis e invisíveis do consumo ampliado; (b) o crescimento perceptível e notório do consumo relativiza os posicionamentos de classe social, pois os efeitos dos riscos ambientais tendem a atingir, quase indistintamente, toda a população; (c) o potencial

* Professor titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Membro de corpo editorial da Revista de Educação Pública e Membro de corpo editorial da Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

político a partir do consumo está condicionado à capacidade de desenvolver novas políticas híbridas; (d) a análise lida com a consolidação da relevância das mediações e com o declínio na legitimidade das instituições; (e) a sociedade, atualmente, não se caracteriza mais, de forma predominante, pelo trabalho/produção, pelas classes sociais, mas, antes, pelo consumo que altera a qualidade de vida e pelos riscos a que todos estão submetidos cotidianamente; (f) a emergência da sociedade de consumo, alicerçada na proeminência da ciência e da tecnologia e na abundância de bens implica no fim das tradições, no fim da natureza, na relativização das posições de classe.

A autora apresenta inicialmente a proposta da obra e procede a uma parcial revisão da literatura sobre a sociedade de consumo. Entre outros aspectos, constrói uma justificativa: a relevância e a proeminência da temática abordada, apontando que o tema do consumo no cenário ambientalista se vem pondo no centro da agenda das ciências sociais. Em outros termos, as abordagens em torno do consumo se estão encaminhando para alçar a hegemonia no debate dos problemas ambientais, na medida em que está em construção um novo discurso que redefine a crise ambiental como um problema principalmente originado na esfera do consumo.

A autora põe em discussão diversos obstáculos, limites inarredáveis e condições de possibilidade. Sem deslizar para a crítica ao consumo supérfluo, alerta para os limites do consumo, a delimitação dos recursos naturais e a busca de uma racionalidade ambiental. Neste contexto, define sua hipótese de trabalho:

as propostas de consumo sustentável restritas à esfera individual são limitadas, limitantes e desagregadoras. As ações de caráter coletivo podem ampliar as possibilidades de ambientalização e politização das relações de consumo, contribuindo para a construção da sustentabilidade e para a participação na esfera pública (p. 36).

Em outros termos, está à procura do *locus* e dos atores sociais que congreguem as condições de possibilidade para assimilar a agenda de mudanças que a urgência da agenda ambiental requer.

No segundo capítulo, a autora constrói o percurso do deslocamento discursivo, da produção para o consumo, a partir da *emergência internacional do discurso político sobre consumo e meio ambiente*. A justificativa para o deslocamento de ênfase da esfera da produção para o consumo se concentra no fato de que a regulação, em grande parte, está efetivada na produção e no fato de que a novidade em questões ambientais localiza-se na esfera do consumo, no qual também se concentra o espaço de participação do cidadão.

O campo da natureza só faz sentido se passar pela esfera de compreensão humana e das relações sociais. Isso é endossado por diferentes vertentes, tanto por culturalistas, quanto pela dialética materialista. Neste sentido, ainda no terceiro capítulo, a autora enfoca três diferentes maneiras de abordar a sociedade de consumo. É sobre essas teorias e suas perspectivas que convém fazer alguns comentários. A primeira vertente apresenta a perspectiva do consumo subordinada à produção industrial capitalista, à luta de classes, à predominância da mercadoria e do lucro. Nesta ótica, o consumidor é visto, acima de tudo, como vítima, explorado, manipulado e passivo. A segunda vertente, como reverso da anterior, focaliza a sociedade de consumo como a ratificação da racionalidade e a consumação utilitarista. Em outras palavras, pela teoria de escolha autônoma do indivíduo, consumir é um ato racional por excelência, sendo o consumidor visto pela ótica do racional, soberano, direito de escolha e poder. O terceiro enfoque caracteriza-se como pós-moderno. Apresenta um olhar múltiplo da sociedade de consumo, porém existe um consenso quanto à perspectiva material e simbólica do consumo. A aquisição diferenciada de bens tem a virtude de fortalecer laços e relacionamentos sociais, sendo o consumidor apreciado pela ótica do poder, decisão, identidade, escolha, subjetividade.

No quarto capítulo, a autora aborda a preocupação com o consumo no movimento ambientalista pós-Rio92, de um lado, destacando dilemas,

promessas, abrangência, armadilhas e ambigüidades das propostas de consumo verde que, de alguma forma, vêm sendo absorvidas pelo mercado e, de outro, as possibilidades das estratégias e os desafios conceituais e políticos do consumo sustentável. Sob este último aspecto, na qualidade de abrangência e congruência do olhar, três dimensões se integram: produção justa, distribuição solidária e consumo sustentável. A conferência 'Rio 92' aproxima a visibilidade na mídia para a divulgação de problemas, a multiplicação de análises abrangentes sobre a interação sociedade e meio ambiente e o nível sem precedentes do interesse societal por questões ambientais. O movimento ambientalista apresentou-se como um ator relevante para a internalização das questões ambientais, especialmente porque seu apelo contagiou setores intelectuais da Academia e porque propugna a formulação de políticas públicas. O movimento em prol do consumo verde teria fracasso em suas pretensões, segundo a autora, pela simples razão de que se centra na questão ética individual, enquanto predomina o utilitarismo.

No quinto capítulo, Portilho pretende dar conta da formulação inicial do seu problema de investigação: as propostas de consumo sustentável no embate entre a esfera individual e as ações de caráter coletivo, visando à politização e à ambientalização do consumo, bem como conectando sustentabilidade e cidadania. Em lugar de compreender a esfera do consumo pela lógica da submissão e acomodação ao sistema, a autora quer desvendar subsídios para traçar as feições do consumidor como um ator social ou um cidadão. Ao contrário da afirmativa de Canclini, "cidadão do século XVIII e consumidor do século XXI", soma esforços na reflexão para demonstrar que, a partir do papel de consumidor, será viável afirmar a cidadania. Neste sentido, contrapõe duas lógicas: a da despolitização pela dominância do mercado sobre a esfera pública, portanto, de cidadão a consumidor, e a lógica da politização em que, a partir do consumo, abrem-se as condições para a emergência de um ator social.

O movimento ambientalista de contestação ao consumo, ou de boicote, do ponto de vista da crítica e de longo prazo, não é um movimento

histórico, visto que, na sua multiplicidade, não cogita de um projeto arrojado de sociedade alternativa. Ao longo dos anos, a consciência ambientalista levou as exigências ambientais a superarem a perspectiva monotemática, tendendo a sair do setorismo e do sectarismo. Na sua diversidade, contempla temas que têm uma centralidade entre os problemas da modernidade, em que o consumo aparece entre os riscos ambientais. Ao longo do desenvolvimento da perspectiva ambiental, modificou-se a visão sobre o desenvolvimento da tecnologia e de seus efeitos ambientais, bem como existem diferentes agentes sociais que endossam a sustentabilidade.

Se, de um lado, a internalização na estrutura do Estado retira relevância e abrangência das questões ambientais, de outro, a internalização de longe não se apresenta homogênea no aparelho de Estado em suas diferentes instâncias. Sem sombra de dúvida, ocorreu uma institucionalização da questão ambiental, mas também uma preocupação de como ampliar uma sociedade ambiental, sem adentrar nos meandros da institucionalidade, da burocracia.

Uma ambigüidade permanece no que diz respeito ao ponto de partida quando se trata de afirmar encaminhamentos: o discurso e a prática radical constituem uma oposição ao consumo intenso e ampliado, ou os efeitos soam maiores com a internalização da perspectiva ambiental em todos os âmbitos da sociedade? Para onde se encaminham e como resolvem os problemas ambientais: no mundo da vida e de suas relações cotidianas complexas ou na construção de modelos sociais, destacando a utopia da mudança social?

Veja-se a dupla dimensão: de um lado, o significado da incorporação, pelo público, das reivindicações ambientais em situações de relações sociais complexas; de outro, o quanto o conhecimento de problemas ambientais produz os respectivos comportamentos no público, mesmo implicando em restrições às comodidades da sociedade de consumo. Este último aspecto questiona sobre a disponibilidade do consumidor ao altruísmo, para 'pagar o preço', a fim de contribuir com uma sociedade sustentável.

Ao contrário da retração ante as questões ambientais nas ciências sociais, a autora defende uma diversificação e revitalização do campo da sociologia ambiental a partir da ênfase na sociedade de consumo e no papel dos novos atores sociais. A análise se aprofunda na crítica à sociedade de consumo, visto que a deterioração do meio ambiente causa também fortes impactos na aspiração à qualidade de vida. Verifica-se uma crescente compreensão no que diz respeito ao nexos entre abundância de consumo e uma racionalidade ambiental, bem como ao nexos entre as dimensões materiais e simbólicas do consumo.

A contribuição da autora propiciará um espaço entre os autores contemporâneos que fazem emergir a temática ambiental a partir do embate de idéias, de práticas sociais e da busca de desvendar soluções para a crise ambiental. Praticamente todos os autores e enfoques que Portilho referencia se circunscrevem na perspectiva culturalista, por compreenderem que um projeto de novas idéias e um consumidor como ator social podem mudar o comportamento individual e a sociedade devastadora, por meio do reordenamento do consumo. No entanto, a utilização do termo 'sociedade de consumo' integra o seu discurso sem uma necessária convergência ou divergência com o termo 'cultura do consumo', também largamente utilizado na sociologia ambiental.

Hoje os autores referenciados pelas pesquisas sobre questões ambientais chegaram ao consenso de que o consumo e o impacto sobre os recursos naturais estão correlacionados com a questão social, a cidadania e a continuidade da existência das desigualdades sociais. Entretanto, o que os diferencia é a ênfase dada ao significado de consumo a partir de pontos de partida, do lugar social do discurso e das soluções que apresentam como alternativa à crise ambiental. Assim, parte do debate referenciado e expresso por Portilho sobre a relação entre meio ambiente e consumo assenta-se na indagação de se o consumidor é um novo ator social, bem como o nexos entre a esfera privada do consumidor e a esfera pública do cidadão.

A partir do título, o importante documento “Agenda 21” poderia alcançar um lugar de destaque na exposição dos argumentos, principalmente por ter o mesmo cunho internacional e tratar, no capítulo quatro, da mudança nos padrões de consumo, além de os cinco capítulos distintos versarem sobre desenvolvimento sustentável. Todavia o texto fica devendo ao leitor a abordagem dos dilemas inusitados e dos desafios políticos extraordinários para que a formulação de proposições no campo ambiental se transformem em resoluções práticas no seio da sociedade civil.

Se, de um lado, a autora aponta para as novas condições e possibilidades da ação política na sociedade contemporânea, na qual velhas instituições, mediações e mecanismos estão desgastados, de outro, o texto versa com parcimônia sobre a abordagem do nexo entre a esfera estatal, com o ordenamento jurídico, e a sociedade civil, com seus múltiplos atores. A autora intercala, de forma congruente, os resultados das conferências internacionais e a literatura acadêmica. Todavia ela se restringe quase que por completo, à literatura e ao contexto internacional do pensamento ambientalista, o que, por sua vez, pode gerar ocasionais lacunas, bem como o risco de idealizar o que está distante, o global, enquanto a realidade cruel com facetas locais pode apresentar outros meandros.

O texto compreende a ampliação do enfoque sobre o consumo nas abordagens das ciências sociais e dos espaços institucionais em que são tratadas as questões relativas aos efeitos ambientais da ciência e da tecnologia, as questões que a produção e o consumo proporcionam. Sob essa ótica, a autora realiza uma retrospectiva teórica relacionada à sociedade de consumo, para melhor compreender a relação entre consumo, cultura, cidadania e meio ambiente. Para isso, destaca alguns elementos da compreensão e da justificativa para se firmar a denominação de sociedade de consumo, bem como a emergência e a trajetória da pensão ao consumo. A trajetória da teoria das necessidades de A. Heller, que a autora não aprecia em sua abordagem, poderia ser muito útil para a explicação da emergência da pro-

pensão ao consumo. Antes de se eleger um novo pólo de irradiação ou endossar que a feição do consumo incita a produção a partir da perspectiva dialética, é possível compreender que, em cada circunstância, a conjugação de fatores permite assinalar a influência mútua entre produção e consumo.

Um reparo às escolhas e ao enfoque da abordagem apresentada parece oportuna. Por mais que se concorde com as lacunas de Marx e da escola de Frankfurt para compreender o que hoje se caracteriza como sociedade de consumo, há de se convir que outros autores, sob influência da dialética e da análise marxista, também menos ortodoxos, dedicaram-se ao estudo do consumo na vertente dos eco-marxistas e dos eco-socialistas. Esta última corrente esteve claramente presente nas edições do Fórum Social Mundial, realizadas em Porto Alegre. De um lado, a autora desconsidera, ou não consegue perceber, a parcela de contribuição do marxismo contemporâneo para a compreensão da sociedade de consumo, na medida em que autores de reconhecimento internacional, como Burkett, Foladori, Foster, Gorz, Jameson, Leff, Lefebvre, O'Connor, Redclif, Santos, entre outros, não estão mencionados ou são referências secundárias.

Por outro lado, embora considere as múltiplas abordagens da sociedade de consumo, a autora não estabelece uma nítida distinção entre as vertentes que discordam e as que endossam que as questões ambientais engendradas pela sociedade de consumo podem também ser encaminhadas pela ciência e pelo mercado. Neste ponto de vista, o grande ausente do livro de Portilho é o mercado, pois, embora a autora seja explícita na crítica das alternativas fáceis ou imediatas da sustentabilidade ambiental, não deixa claro o suficiente como o consumo sustentável vai relacionar-se com o mercado e seus poderosos mecanismos de *marketing*. Sem dúvida, outro ausente é o Estado como regulador ou como espaço de negociação dos conflitos ambientais, por mais que se concorde com a crise institucional.

Resta ainda saber como o gérmen da politização do consumo vai desenvolver-se em relação à elaboração de alternativas efetivas à degrada-

ção e devastação dos recursos naturais. No recurso à politização, a autora se mantém sóbria na análise das conseqüências políticas do deslocamento da questão ambiental para o campo do consumo, visto que se dedica profundamente aos limites e possibilidades, injunções e condicionamentos históricos, desafios e ambigüidades da politização do consumo. Resta saber: (a) como, na prática social, este gérmen de cidadania ambiental vai apropriar-se da via da democracia direta; (b) e como não abandonar a perspectiva dialética, compreendendo, em cada circunstância, a conjugação de fatores que permitem desvendar a influência entre produção e consumo, entre consumo e cidadania, entre a dimensão individual e social, entre forças e conflitos sociais, entre sustentabilidade econômica e sustentabilidade socioambiental.

Referências

MOL, A. A Globalização e a mudança dos modelos de controle e poluição industrial: a teoria da modernização ecológica. *In*: HERCULANO, S.; PORTO, M. e FREITAS, C. (org.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: Eduf, 2000.

MOL, A. Ecological Modernization: industrial transformations and environmental reform. *In*: **The International Handbook of environmental sociology**. Cheltenham, UK; Northampton, MA, USA, 1997.

REDCLIF, M. and WOODGATE, G. Reavaliando o consumo: uma crítica a premissas da gestão ambiental. *In*: HERCULANO, S.; PORTO, M. e FREITAS, C. (org.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: Eduf, 2000.

REDCLIF, M. and WOODGATE, G. **Sociology and Environment. Discordant discourse?** Social theory and the Global Environment. London and New York: Routledge, 1994.

REDCLIF, M. and WOODGATE, G. Sustainability and Social Construction. *In*: REDCLIF, M. and WOODGATE, G. (editors). **The International Handbook of environmental Sociology**. Cheltenham, UK; Northampton, MA, USA, 1997.

Resumo

O texto tem por objetivo examinar a inter-relação entre sustentabilidade e consumo, bem como questionar se, neste campo, constituem-se em atores sociais. Análises do quadro internacional apontam para a expansão da desigualdade social, do fortalecimento do livre comércio, da dependência dos países pobres, do consumo diferenciado, da ampliação da degradação ambiental, confirmando a insustentabilidade como processo em expansão. Urge saber como o gérmen da politização do consumo vai desenvolver-se ante a produção de alternativas efetivas à degradação e devastação dos recursos naturais. A análise do consumo, na perspectiva dialética, compreende, conjuga e desvenda a influência entre produção e consumo, entre consumo e cidadania, entre a dimensão individual e social, entre forças e conflitos sociais, entre sustentabilidade econômica e sustentabilidade socioambiental.

Palavras-chave: sustentabilidade, sociedade de consumo, ator social, racionalidade ambiental.

Recebido: 04/04/06

Aceite final: 27/06/06

The hacker ethic and the spirit of the information age. Nova York: Random House, 2001.

HIMANEN, Pekka, TORVALDS, Linus (“Prólogo”) e CASTELLS, Manuel (“Epílogo”).

A ética hacker do trabalho: rompendo com a jaula de ferro?

DANIEL GUSTAVO MOCELIN*

Quando Max Weber propôs analisar a ação social na modernidade a partir da maneira de agir e de ser dos protestantes calvinistas, não se poderia imaginar que, um século depois, a conduta de outro grupo fosse ser tomada para reforçar sua abordagem. O ensaio que se tornou célebre serviu de modelo para o filósofo finlandês Pekka Himanen, que recuperou a abordagem de análise da ética do trabalho industrial desenvolvida por Weber para analisar a ética do trabalho na chamada Era da Informação, a partir da maneira de agir e de ser dos *hackers*. Na obra que ora se resenha, Himanen contrapõe os valores da ética dos *hackers* aos da protestante: transformar a monotonia da sexta-feira em um domingo, democratizar a informação, romper com a jaula de ferro da disciplina e da burocracia, realizar a paixão criativa através do computador, não se render à ganância, são alguns dos valores de um *hacker*, analisados pelo filósofo no livro *The hacker ethic and the spirit of the information age*¹.

O filósofo finlandês Pekka Himanen nasceu em 1973 e se doutorou em Filosofia pela Universidade de Helsinki aos 20 anos de idade. Atual-

* Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: dmocecin@terra.com.br

1 Edição brasileira da obra: HIMANEN, Pekka. *A ética dos hackers e o espírito da era da informação*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001. Edição espanhola: HIMANEN, Pekka. *La ética del hacker y el espíritu de la era de la información*. Barcelona: Destino, 2003.

mente é professor das Universidades de Helsinque e Berkeley (EUA) e vem sendo assessor do Governo, do Parlamento e do Presidente da Finlândia em questões relacionadas com a sociedade da informação.

Como o próprio título indica, não há uma mera coincidência entre a obra de Weber e a de Himanen. A exposição do texto é original ao seguir estrutura semelhante à do ensaio weberiano, procedendo a uma justaposição de elementos que tornam a argumentação do texto e a estratégia metodológica próximas das da obra clássica. O que mudou foi o tempo, o espaço e os agentes da história. O ensaio está organizado em três partes, cada uma delas formada por dois capítulos, complementadas por um conjunto de notas explicativas ao final do volume. A obra ainda é constituída por um prólogo de autoria de Linus Torvalds, também de origem finlandesa, e do criador do sistema operacional de acesso gratuito Linux e, ainda, por um epílogo escrito por Manuel Castells, um dos principais sociólogos da atualidade e analista assíduo e respeitado da chamada Era da Informação. Ambos estão referidos nos agradecimentos do autor, especialmente Castells, com quem Himanen tem colaborado academicamente.

No clássico *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Weber afirmava que a doutrina protestante, da predestinação e da santidade do trabalho, na qual a noção de trabalho aparece como dever, como vocação, teria sido um fator cultural decisivo para a formação da mentalidade capitalista e teria potencializado os princípios éticos da Era Industrial. Em *A ética dos hackers e o espírito da era da informação*, Himanen afirma que os *hackers*, mais do que possuírem valores diferentes daqueles dos protestantes, representam uma oposição à moral industrial em diversos sentidos. O que nos convida à leitura desse texto é essa diferença: *A ética dos hackers...* Tem um caráter mais romântico do que o pessimismo implícito na obra original de Weber. De fato, os contextos dos autores são distintos: enquanto Weber demonstra angústia sobre as transformações socioeconômicas e políticas da expansão crescente da racionalização econômica sobre as sociedades ca-

pitalistas, Himanen mostra-se entusiasmado com as perspectivas que vinculam o desenvolvimento econômico e tecnológico à liberdade democrática, especialmente considerando o caso da Finlândia, um país que era “pobre” e que, em duas gerações, transformou-se em uma das economias mais competitivas do mundo, após pesados investimentos públicos e privados no mercado de tecnologia da informação e comunicação e o surgimento de uma cultura da inovação na sociedade civil.

A primeira investida do autor é a de definir quem são os hackers. Segundo Himanen, o termo *hacker* vem sendo empregado incorretamente, sendo relacionado a programadores que praticam atividades criminosas: esses “piratas” da Internet, que violam os sistemas de empresas e que roubam números de cartões de crédito ou contas bancárias, na verdade, não passariam de *crackers*. A palavra inglesa *hacker*, em seu sentido original, refere-se a programadores de computador entusiasmados, que compartilham seu trabalho técnico, científico ou artístico com outros. O termo *hacker*, que Himanen resgata, surgiu, no início dos anos 1960, como a autodenominação utilizada por um grupo de jovens programadores do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), que tinham em comum o gosto pelos estudos, o apurado conhecimento de informática e o jeito passional de lidar com os negócios.

Himanen busca provar a tese de que os valores dos hackers seriam, na verdade, a chave de trabalho obsessivo, dotado de ritmo próprio, fundado na crença em grandes realizações através da união de forças, de forma criativa e apaixonada. Como afirma o autor, seu interesse em realizar uma etnografia dos hackers foi tecnológico, relacionado com o fato de que os símbolos mais conhecidos da nossa era, a Rede, o computador pessoal e os softwares que fazem isso tudo funcionar não foram, na realidade, criados por empresas ou governos, mas por indivíduos entusiastas que se empenharam em pôr em prática suas idéias, com outros indivíduos de interesses afins e que trabalhavam a seu próprio ritmo. A intenção de Himanen foi a de compreender a lógica interna desta atividade, suas forças condutoras.

Como afirma o autor, quanto mais ele pensava no modo de agir e de ser dos hackers informáticos, o que mais resultava interessante, em termos humanos, era o enorme “desafio espiritual” que supunham para nossa época. Como os próprios *hackers* relatam, sua maneira de agir e de ser tem maior alcance, não estando nem restrita aos interessados em informática nem restritas à Era da Informação. Em geral, o *hacker* seria um especialista ou entusiasta de qualquer tipo. Neste sentido, uma pessoa poderia ser um hacker sem ter nada que ver com o mundo dos computadores.

Segundo o autor, seu trabalho aborda um fato social de índole geral, que põe em juízo a ética protestante do trabalho que há muito tempo vem regendo a vida dos indivíduos e ainda exerce uma poderosa influência sobre as pessoas. A natureza radical do *hackerismo* consistiria em sua proposta de um espírito alternativo para a Era da Informação, um espírito que finalmente questionaria a ética protestante. Exclusivamente neste sentido caberia afirmar que todos os *hackers* seriam *crackers*, considerando sua pretensão em romper o ferrolho da jaula de ferro da modernidade.

No prólogo da obra, Linus Torvalds destaca que há três categorias básicas para a motivação dos hackers: a *sobrevivência*, a *vida social* e o *entretenimento*. Segundo Himanen, essa última categoria deve ser entendida com *E* maiúsculo, por tratar-se do tipo de estímulo que retira o hacker do tédio e do aborrecimento, fornecendo sentido à sua vida. Porém, este entretenimento significa trabalhar com prazer, e não, jogar Nintendo. O “Entretenimento” seria qualquer coisa intrinsecamente interessante, desafiante e fundamental na vida de cada indivíduo empenhando em realizar sua paixão criativa. Para Himanen, o sentido de “Entretenimento” deve ser *paixão*, ou seja, a dedicação a uma atividade que seja intrinsecamente interessante, inspiradora e que cause regozijo: uma relação apaixonada com o trabalho e que, historicamente, teria caracterizado o “mundo intelectual”.

O *ethos hacker* nega a relação do *trabalho* com o *tempo*, da maneira estabelecida pela ética protestante. A ética protestante, como examinada por Weber, baseia-se no postulado “tempo é dinheiro” e coloca o tempo

regulado do trabalho como o centro da vida das pessoas. O antigo trabalho-centrismo da ética protestante significou que já não havia espaço para o lúdico no laboral. A apoteose da ética protestante na Era da Informação se percebe no fato de que o ideal da otimização do tempo se tenha estendido hoje em dia, inclusive à vida fora do lugar de trabalho. As pressões que a otimização exerce na vida laboral seriam atualmente tão fortes que se empenham em eliminar o outro pólo da ética protestante, o tempo livre ou o domingo. Na Era da Informação, pretende-se não só a otimização do (tempo do) trabalho, mas também a “otimização da vida”. Atualmente fala-se muito, por exemplo, de “tempo flexível”, mas essa flexibilidade, embora pudesse contribuir para uma organização mais holística do tempo, estaria reforçando a centralidade do trabalho regulado, e as novas tecnologias estariam ajudando particularmente isso a acontecer. Neste sentido, o desenvolvimento dominante da economia da informação parece fortalecer ainda mais a organização da vida em função do trabalho. O tempo de lazer está diminuindo e se tornando apenas obrigação, um processo que poderia ser chamado de *fridayzation of sunday*. Pessoas estão constantemente correndo de um compromisso a outro, tentando sobreviver dentro dos prazos.

O *hacker* é também um indivíduo obcecado pelo trabalho, mas não pelos prazos. Seu compromisso não é com um emprego, mas com a expressão de sua realização como indivíduo; sua recompensa não é apenas o salário, mas o reconhecimento do seu trabalho pelos interessados neste trabalho. Os *hackers* crêem que a revolução digital deve ser traduzida também em um tempo lúdico para a humanidade. A plena realização de suas capacidades criativas depende de seus impulsos, não podendo ser heterodeterminada. Tratar-se-ia, portanto, de reverter o processo de otimização da vida, transformando a sexta-feira no domingo (*the sundayization of friday*).

Os *hackers* não subscrevem o adágio “o tempo é dinheiro” e sim, “o tempo é minha vida”. Segundo Weber, na ética protestante, o valor mais alto era “ganhar mais e mais dinheiro”. Na prática, tanto o trabalho como o

Sociologias, Porto Alegre, ano 10, nº 19, jan./jun. 2008, p. 322-345

dinheiro constituíram-se em fins em si mesmos. No “antigo capitalismo”, argumenta Himanen, o trabalho como valor posicionava-se mais alto que o dinheiro e, por isso, foi entendido como *ética do trabalho protestante*. Na nova economia informacional, entretanto, mesmo que ainda possua um valor autônomo importante, o trabalho foi subordinado ao dinheiro. A nova economia informacional, assim, seria também uma prolongação da antiga ética protestante. O que é enfatizado como o valor supremo é justamente o dinheiro. Para os *hackers*, pelo contrário, o fator organizador básico da vida não é nem o trabalho, nem o dinheiro, mas é a paixão. Sua ética de trabalho enfatiza a atividade apaixonada e o ritmo livre do uso do tempo.

A motivação do *hacker* difere da motivação característica da ética protestante. “Sobreviver” ou “fazer algo para ganhar a vida” é a primeira resposta de muitos ao se perguntar por que trabalham. Porém, tais respostas não significam apenas sobreviver. Em geral, sobrevivência implica um estilo de vida determinado socialmente; os indivíduos não trabalham apenas para sobreviver, mas para estar em condições de satisfazer o tipo de necessidades sociais que caracterizam uma sociedade determinada. Em nossa sociedade, imbuída da ética protestante, o trabalho é, na realidade, uma fonte de aceitação social. Na Era da Informação, a aceitação social, mais além do mero sustento, continua sendo uma importante motivação social para trabalhar. Na comunidade *hacker*, as motivações desempenham um papel importante, porém de modo distinto. Como seria possível compreender por que alguns *hackers* dedicam seu tempo livre a desenvolver programas que acabam distribuindo gratuitamente aos demais, sem perceber os motivos sociais que têm para fazê-lo? Alguns afirmariam que estes *hackers* estariam motivados pela força que tem para eles o reconhecimento de seus pares. Para os *hackers*, o reconhecimento no seio de uma comunidade que comparte sua paixão é mais importante e mais satisfatório que o dinheiro por si mesmo, da mesma forma que sucede no caso dos cientistas da Academia. Contudo tem especial importância o fato de que o reconhecimento

de seus pares não é um substituto da paixão, mas que deve produzir-se como resultado da ação apaixonada, da criação de algo que seja, desde um ponto de vista social, valioso para essa comunidade criativa. Este vínculo de união que os hackers estabelecem entre o plano social e o plano da paixão é o que faz o modelo tão atrativo.

Como destaca o autor, a busca de dinheiro e de trabalho por parte da ética protestante se baseia nessas mesmas motivações, porém, como nela, a satisfação das necessidades sociais é mediada pelo dinheiro e pelo trabalho e não se desprende diretamente da natureza da atividade e de suas criações, não pode produzir o mesmo efeito. Em conseqüência, quando as motivações sociais não encontram na paixão uma aliada, passam a aliar-se com a sobrevivência, e a vida acaba, então, reduzida a um “ganhar a vida”. Há uma enorme diferença entre escolher um campo de estudo ou responder a um anúncio dos classificados buscando maximizar os ganhos com um emprego que paga melhor.

Himanen destaca, entretanto, que a ética *hacker* pode sofrer reversão de tendência na nova economia. Afirma o autor que os hackers não seriam ingênuos nem estariam cegos ante o fato de que, em uma sociedade capitalista, resulta difícil alcançar plena liberdade se não se conta com um capital individual suficiente. Seriam muitos os exemplos de *hackers* que têm optado pelo *hackerismo capitalista*. Alguns deles participam temporariamente no capitalismo tradicional. Outros mantêm uma atividade apaixonada, mesmo sem nunca conseguir livrar-se do marco do capitalismo tradicional. Porém há uma tensão inerente em considerar o *hackerismo* no seio do capitalismo tradicional. A meta suprema do capitalismo é o aumento de capital. A ética *hacker* do trabalho, por outro lado, fundamenta-se na atividade apaixonada, com plena liberdade de ritmos pessoais, mesmo que ela provenha, conseqüentemente, de muito capital. Tal tensão, muitas vezes, é resolvida deixando-se de lado o *hackerismo* e seguindo as direções da ética protestante. Neste sentido, o inimigo público número um do hacker informático

é a companhia Microsoft, de Bill Gates. Com Paul Allen, Gates fundou a Microsoft com a intenção de criar linguagens de programação para computadores pessoais, um ponto de partida sumamente hacker. Entretanto, na história da Microsoft a partir de então, a motivação pelos ganhos tem tido prioridade sobre a paixão. A produção de softwares passou a ser padronizada e os códigos-fonte tornaram-se segredos industriais; Gates teria passado a construir um monopólio informacional para garantir o lucro de sua companhia, pagando muito pela criação dos *hackers*. Quando o dinheiro se converte no fim superior, por si mesmo, a paixão deixa de ser um critério essencial e a ética protestante passa a vigorar.

Himanen dedica um capítulo do livro a explorar a semelhança entre o trabalho *hacker* e o trabalho da Academia, demonstrando a contraposição entre esta instituição e o monastério, característico da ética protestante. Relata o autor que os acadêmicos fazem público seu trabalho para que este seja utilizado, verificado e desenvolvido: sua investigação se baseia em um processo aberto e autodepurador de erros. Robert Merton já havia sugerido esta idéia de que a autodepuração dos erros era uma das bases da ética científica. Para Himanen, os acadêmicos elegeram este modelo não só por razões de tipo ético, mas porque, ademais, demonstrou ser o modo mais satisfatório de gerar conhecimento científico. Nesse modelo, o ponto de partida consiste também em um problema ou em uma meta que os investigadores consideram interessante desde uma ótica pessoal; então oferecem sua própria solução. A ética acadêmica exige que qualquer um possa usar, criticar e desenvolver esta solução. Mais importante que qualquer resultado definitivo seria o desencadeamento de argumentações gerado pelo problema. Não obstante, a ética científica não comporta apenas direitos, incluindo também obrigações fundamentais: as fontes devem sempre ser citadas e a nova solução não deve manter-se em segredo, mas deve ser publicada em benefício da comunidade científica. Tanto os acadêmicos como os *hackers* sabem que a ausência de estruturas rígidas é uma das razões pelas quais seu modelo é tão poderoso.

Na sociedade industrial, a riqueza e o poder centrados em poucos indivíduos impuseram rígidos modos de produção. O que está em jogo na era da informação é a descentralização do poder, por intermédio da disseminação da informação. Os *hackers* acreditam que o conhecimento é uma arma poderosa, capaz de amenizar os efeitos excludentes da era da industrialização. O trabalho dos *hackers* visaria à liberdade de expressão, em contraste com a idéia de propriedade arraigada na era da economia industrial, que protege fortemente a informação como um segredo de Estado.

Hackers e acadêmicos empenham-se individualmente, dedicando-se à sua paixão e logo, passam a trabalhar em rede com outros indivíduos que dela compartilham. A criação do Linux, em 1991, é um exemplo dos valores *hackers*, pois revelaria paixão pelo trabalho e socialização do conhecimento. Este sistema operacional, desenvolvido por Torvalds quando era um jovem hacker que estudava em Helsinki, é um *software* gratuito, com código-fonte aberto e aplicativos compatíveis, que podem ser obtidos pela Internet. O Linux é um projeto que envolve milhares de programadores e milhões de usuários e continua a ser desenvolvido por eles mesmos em forma aberta e cooperativa. Atualmente o Linux é visto como a maior ameaça para a hegemonia da Microsoft. Contudo a criação de um sistema operacional aberto nunca teve o objetivo de quebrar o monopólio da Microsoft. A mais importante inovação do sistema aberto seria social e não técnica ou econômica: uma forma de trabalho coletivo em que as informações estão disponíveis livremente para todos e na qual todos os interessados participam da resolução de problemas.

Este espírito difere do que se fala não só no mundo dos negócios, mas também no do governo. Justificar-se-iam, portanto, as razões de por que se sentem profundamente irritados os acadêmicos e os *hackers* quando a Universidade se converte em um organismo burocrático governamental ou em um monastério. Considerando esse contexto, Himanen ainda destaca que a ausência relativa de estruturas não significa que não haja estruturas.

Sociologias, Porto Alegre, ano 10, nº 19, jan./jun. 2008, p. 322-345

Por exemplo, destaca que, tanto o modelo acadêmico como o *hacker* contam com uma estrutura especial de publicação para divulgar seus resultados. A investigação estaria aberta a todos, porém, na prática, as contribuições que aparecem nas publicações científicas de prestígio são selecionadas por um grupo mais reduzido de avaliadores. De todos os modos, este modelo está estruturado para garantir que, no longo prazo, seja a “verdade” que determine o grupo de avaliadores e não, o contrário. Essa estrutura está fundamentada no processo de aprendizagem característico do *hackerismo*, que começa como a sugestão de um problema interessante, segue com a busca de uma solução mediante o uso de diversas fontes e culmina com a comunicação do resultado. Aprender mais sobre um tema se converte na paixão do *hacker*. Uma força primordial dessa aprendizagem está em que um *hacker*, ao aprender, ensina os demais. O modelo *hacker* se assemelha, na opinião do autor, à Academia de Platão, onde os estudantes não eram considerados puros receptores do conhecimento transmitido, mas eram tratados como companheiros na aprendizagem. A tarefa do ensino consistia em fortalecer a capacidade do aluno para propor os problemas, desenvolver as argumentações e avançar críticas. A tarefa do mestre não era impor aos estudantes um conhecimento preestabelecido, mas ajudar a que eles mesmos o engendrassem, cada um desde o seu próprio ponto de partida.

Na trajetória laboral típica da sociedade industrial, uma pessoa era preparada para realizar um ofício no qual trabalharia durante o resto de sua vida produtiva, das nove às cinco. Na economia da informação, as características do profissional seriam diferentes, mas o sentido da trajetória laboral regulada seria semelhante. O novo profissional autoprogramável precisa ter a capacidade de reciclar-se e adaptar-se às novas tarefas, novos processos e novas fontes de informação, à medida que a demanda de mercado acelere seu ritmo de mudança. Apenas uma parcela do saber e do conhecimento não se torna obsoleta, de modo que, para poder enfrentar os novos desafios, os trabalhadores autoprogramáveis necessitam reprogramar seu âmbito

de competência de forma constante. Não é por acaso, então, que muitos deles buscam a literatura de “desenvolvimento pessoal”. Himanen analisa as dicas e constata que essa literatura ensina as mesmas virtudes que a velha ética protestante ensinou através de Benjamin Franklin, constatando que essas virtudes têm seu precedente nas regras monásticas beneditinas. Afirma o autor que, tanto no mosteiro, como na literatura de desenvolvimento pessoal, o que se oferece é a promessa de uma experiência de clareza e certeza para a vida. A vida torna-se mais planejável, se reduzida a um objetivo, ou seja, cada pessoa só precisa concentrar-se em um ponto fixo e excluir todo o resto.

A estrutura burocrática do capitalismo tradicional, que racionaliza o uso do tempo, seria totalmente dispensável e negada pelos *hackers*. Assim como o protestante tinha uma vocação e buscava sua predestinação, ser um *hacker* é ter um título de honra, significa ter uma ética própria na qual o dinheiro é mera consequência e não, a causa do trabalho. Para um *hacker*, disciplina representa autopunição; dinheiro é para ser gasto; trabalho deve ser prazer e não, obrigação.

A conclusão do autor tem um caráter crítico e contundente. No mundo governado pela ética protestante, trabalhamos porque não sabemos que outra coisa fazer com nossas vidas, da mesma maneira que vivemos porque não sabemos quais outras coisas poderíamos fazer. Trabalhamos para viver uma vida que consiste em trabalhar. Mas a criatividade não se destaca de forma particular na ética protestante, cujas criações típicas são o funcionário e a empresa de estilo monástico. Nenhuma delas estimula o indivíduo para que se dedique à atividade criativa. No modelo *hacker*, o indivíduo simplesmente começa criando. A ética protestante celebra a sexta-feira; a pré-protestante santifica o domingo. A ética protestante está centrada no trabalho e poder-se-ia dizer que a ética pré-protestante está centrada no tempo livre. Desde o ponto de vista do *hacker*, o ócio-centrismo pode ser tão indesejável como o trabalho-centrismo. Os *hackers* querem fazer algo signifi-

ficativo, querem criar. Mesmo que evitem o trabalho que não deixa espaço para a criatividade, também consideram o puro ócio insuficiente como estado ideal. Um domingo dedicado ao ócio pode ser tão sofrível como uma sexta-feira. Os *hackers* não consideram que o tempo livre seja automaticamente mais importante que o tempo de trabalho. Numa vida plena de sentido, a dualidade trabalho/ócio deve ser abandonada por completo. Os *hackers* se situam entre a cultura da sexta-feira e a do domingo e, deste modo, representariam um espírito genuinamente novo.

A perspectiva de Himanen consiste em material essencial para os sociólogos e demais estudiosos interessados em interpretar a realidade social hoje, especialmente quando o debate é sobre as questões relacionadas ao trabalho. O elemento mais significativo da análise de Himanen consiste em discutir articuladamente mudanças econômicas com mudanças culturais. O autor propõe um diálogo consistente sobre algumas das grandes preocupações do contexto da chamada 'Era da Informação'. A bibliografia utilizada pelo autor perpassa Platão, Dante e Agostinho, chegando a Richard Stallman – um dos precursores do *hackerismo*, passando por Thomas Kuhn, Robert Merton, Martin Carnoy, Castells e Baudrillard. O autor conseguiu unir heterodoxas perspectivas filosóficas e sociológicas, apresentando um argumento convincente e otimista sobre uma ética do trabalho não apenas distinta, mas alternativa daquela predominantemente analisada no século XX. Além disso, deve-se destacar que algumas novidades teóricas, como a apresentada pelo autor, muitas vezes são ignoradas e custam muito a serem adotadas pela Academia, em prol de resgates das tradições teóricas, os quais, em grande parte, fracassam. Himanen propôs dialogar abertamente com uma abordagem tradicional e obteve sucesso nessa proposta.

Deve-se destacar, contudo, que o romantismo do texto de Himanen cativa o leitor menos crítico, que pode deixar-se impressionar por seu otimismo. É preciso ter presente que o texto trata de um grupo bastante reduzido de indivíduos entusiastas, localizados e atuantes em campos sociais

não apenas específicos, mas privilegiados, e que, nem por isso, estão livres de serem coagidos. Além disso, a formação de um *ethos hacker* depende de diversos fatores como condições infra-estruturais para seu surgimento, políticas públicas orientadas para a valorização da criatividade, instituições e organizações abertas às potencialidades humanas, subsídio para que talentos sejam desenvolvidos e, talvez o mais importante, que seriam indivíduos socializados por uma cultura da inovação, consolidada na sociedade civil. O *hackerismo* é um modo de ser e agir que, de fato, pode ser encontrado nas mais diversas realidades, mas que tende a sofrer modificação ante as condições econômicas, culturais, políticas e institucionais em que se desenvolve. Em todos os lugares, poderão ser encontrados *hacker* no sentido anotado por Himanen, mas também serão encontradas formas incompletas ou corrompidas deste *ethos*: *hackers* capitalistas, *hackers* que se tornaram capitalistas, *hackers* que deixaram de ser *hackers*, *crackers*. Considerando-se essa dubiedade da atuação que os *hackers* poderiam desempenhar na realidade social, há a necessidade de uma apropriação mais prudente das análises do autor finlandês, especialmente para a análise de outros países ou regiões. Mesmo que limitado em muitos sentidos, talvez sequer fazendo sombra ao clássico que parafraseia, o livro é instigante e deve ser lido, analisado, criticado por todos os interessados em discutir as mudanças econômicas e culturais recentes.

Resumo

O texto apresenta a resenha do livro *The hacker ethic and the spirit of the information age*, escrito pelo filósofo finlandês Pekka Himanen, com Prólogo de Linus Torvalds e Epílogo de Manuel Castells, originalmente publicado em 2001. O autor segue o modelo de análise desenvolvido por Weber na obra clássica da Sociologia *A ética protestante e o espírito do capitalismo* para investigar a ética do trabalho dos *hackers* informáticos. Himanen afirma que os *hackers*, mais do que possuírem valores diferentes daqueles dos protestantes, representam uma oposição à moral da era industrial em diversos sentidos. Segundo o autor, seu trabalho aborda um fato social de índole geral que põe em juízo a ética protestante do trabalho que, há muito tempo, vem regendo a vida dos indivíduos e ainda exerce uma poderosa influência sobre as pessoas. A natureza radical do *hackerismo* consiste em sua proposta de um espírito alternativo para a sociedade-rede, um espírito que finalmente questiona a ética protestante. O texto de Himanen consiste em um material essencial para os sociólogos e demais estudiosos interessados em interpretar a realidade social hoje, especialmente quando o debate é sobre as questões relacionadas ao trabalho.

Palavras-chave: Ética do trabalho; sociedade da informação; hacker.

Recebido: 23/08/2007

Aceite final: 25/09/2007